

Associação Brasileira de Medicina de Grupo reivindica por mais incentivos e regulação mais clara. Setor reúne mais de mil operadoras e cerca de 70 milhões de beneficiários

Impulsionado por fatores como a expansão da classe média e a longevidade do brasileiro, o setor da saúde suplementar vem crescendo no Brasil. A [Associação Brasileira de Medicina de Grupo \(Abramge\)](#), entidade que representa os planos de saúde, avalia que o setor cresceu 4,5% em 2013 e se manteve estável em 2014, reunindo hoje mais de mil operadoras. Atualmente, há em torno de 70 milhões de beneficiários de planos de saúde e odontológicos. Considerando os gastos privados e públicos, a Saúde gera uma receita anual que chega a R\$ 464 bilhões, o que equivale a 10,3% do Produto Interno Bruto (a parte privada dessa conta corresponde a cerca de 57%).

O ano eleitoral fez muitos pleitos da saúde suplementar ganharem força, e há expectativas do setor para 2015. Diretor executivo da Abramge, Antonio Carlos Abbatepaolo destaca que o segmento vem alavancando o crescimento da economia com a geração de empregos – são cerca 3,6 milhões de postos de trabalho diretos - e precisa de incentivos e de uma regulação mais clara para continuar avançando. Na avaliação da Abramge, é fundamental que a saúde suplementar receba estímulos para o livre mercado, a concorrência e a inclusão de novas tecnologias.

Um relatório elaborado recentemente pela Abramge, a partir de pesquisa encomendada ao Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), aponta que os impostos que incidem nos planos de saúde equivalem a 26,7% do faturamento das empresas do setor. De acordo com a entidade, o resultado dessa alta tributação é a redução da capacidade de investimentos e impossibilidade de preços mais acessíveis. “Por que não colocar a Saúde ao lado da construção civil, da indústria automobilística, da agricultura e de bens de consumo na hora de adotar políticas de aceleração e estímulo ao crescimento?”, indaga Abbatepaolo em comunicado ao mercado.

Outra necessidade reivindicada pela Associação é a aprovação do projeto de lei que assegura 10% da receita bruta da União para o custeio da saúde pública.

Entre os fatores preocupantes, Abbatepaolo cita os custos assistenciais em alta e a escalada da judicialização. Apesar de os planos de saúde serem regulamentados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e obedecerem a um rol de procedimentos e serviços previamente estabelecidos, as operadoras vêm sendo penalizadas com processos judiciais e decisões que “fogem ao princípio da razoabilidade”.

De acordo com Abbatepaolo é fundamental para a sustentabilidade do setor que se estabeleça um entendimento a respeito do papel e das limitações contratuais os planos de saúde. “À medida que os planos são obrigados a prestar assistência irrestrita, a coletividade tende a ser penalizada. Precisamos discutir esse tema com a sociedade”, propõe.

**Fonte:** [Saúde Business](#), em 08.12.2014.